

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. GASTOS EM GERAL.....	13
1.1 CENTRALIZAÇÃO DE COMPRAS	13
Descrição	13
Benefícios.....	13
Facilidade de Implementação	14
Organizações que Adotaram a Prática	14
1.2 PREGÃO ELETRÔNICO.....	14
Descrição	14
Benefícios.....	15
Facilidade de Implementação	15
Organizações que Adotaram a Prática	15
1.3 TRANSPARÊNCIA ELETRÔNICA.....	16
Descrição	16
Benefícios.....	16
Facilidade de Implementação	16
Organizações que Adotam a Prática	17
1.4 SISTEMA ELETRÔNICO DE CONTROLE DE GASTOS.....	17
Descrição	17
Benefícios.....	18
Facilidade de Implementação	18
1.5 SISTEMA DE GESTÃO DE CONTRATOS TERCEIRIZADOS	19
Descrição	19
Benefícios.....	19
Facilidade de Implementação	20
Organizações que Adotam a Prática	20
1.6 CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DOS SERVIDORES	20
Descrição	20
Benefícios.....	20
Facilidade de Implementação	21
Organizações que Adotam a Prática	21

2. GASTOS COM ÁGUA E ESGOTO.....	21
2.1 MANUTENÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA EM NÍVEL ADEQUADO	21
Descrição	21
Benefícios.....	21
Facilidade de Implementação	22
Organizações que Adotaram a Prática	22
2.2 LAVAGEM PRÓ-AMBIENTAL DE CARROS OFICIAIS	23
Descrição.....	23
Benefícios.....	23
Facilidade de Implementação	24
2.3 CAPTAÇÃO DA ÁGUA DA CHUVA	24
Descrição.....	24
Benefícios.....	24
Facilidade de Implementação	24
Organizações que Adotaram a Prática	25
3. GASTOS COM COMBUSTÍVEL E AUTOMÓVEIS.....	25
3.1 MOTOBOY	25
Descrição.....	25
Benefícios.....	25
Facilidade de Implementação	25
Organizações que Adotaram a Prática	25
3.2 Sistema Eletrônico de Controle de Combustível.....	26
Descrição.....	26
Benefícios.....	26
Facilidade de Implementação	26
Organizações que Adotaram a Prática	26
4. GASTOS COM DIÁRIAS E PASSAGENS.....	27
4.1 PROCEDIMENTOS DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS.....	27
Descrição.....	27
Benefícios.....	27
Facilidade de Implementação	27
Organizações que Adotaram a Prática	27
4.2 SISTEMA ELETRÔNICO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS	28
Descrição.....	28
Benefícios.....	28
Facilidade de Implementação	28

4.3 DESCONTO CONTRATUAL ESCALONADO	29
Descrição.....	29
Benefícios.....	29
Facilidade de Implementação	30
5. GASTOS COM COMUNICAÇÃO	30
5.1 DESPESAS COM ENVIO DE CORRESPONDÊNCIAS.....	30
Descrição.....	30
Benefícios.....	30
Facilidade de Implementação	31
6. GASTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	31
6.1 ECONOMIA DE ENERGIA ELÉTRICA E REDUÇÃO DA FATURA.....	31
Descrição.....	31
Recomendações Gerais	31
Boas Práticas para Redução do Consumo de Energia Elétrica.....	32
Benefícios.....	34
Facilidade de Implementação	34
7. GASTOS COM MATERIAL DE EXPEDIENTE	35
7.1 ILHAS DE IMPRESSÃO	35
Descrição.....	35
Benefícios.....	35
Facilidade de Implementação	35
Organizações que Adotaram a Prática	36
7.2 PADRONIZAÇÃO DE IMPRESSÃO ECONÔMICA	36
Descrição.....	36
Benefícios.....	36
Facilidade de Implementação	36
Organizações que Adotaram a Prática	36
7.3 CONTRATAÇÃO POR PÁGINA	36
Descrição.....	36
Benefícios.....	37
Facilidade de Implementação	37
7.4 SISTEMA ELETRÔNICO DE CONTROLE DE IMPRESSÃO	37
Descrição.....	37
Benefícios.....	37
Facilidade de Implementação	38
Organizações que Adotaram a Prática	38

7.5 NÃO-IMPRESSÃO DE CONTRACHEQUES	38
Descrição.....	38
Benefícios.....	39
Facilidade de Implementação	39
7.6 UTILIZAÇÃO DE PAPEL NÃO-CLORADO E RECICLADO	39
Descrição.....	39
Benefícios.....	39
Facilidade de Implementação	40
Organizações que adotaram a prática	40
7.7 OTIMIZAÇÃO DO USO DO PAPEL.....	40
Descrição.....	40
Benefícios.....	40
Facilidade de Implementação	40
Organizações que adotaram a prática	40
8. COPOS PLÁSTICOS	41
8.1 RACIONALIDADE NO USO DE COPOS DESCARTÁVEIS	41
Descrição.....	41
Benefícios.....	41
Facilidade de implementação	41
Organizações que adotaram a prática	41
9. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	42
9.1 COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA (DECRETO 5.940/06).....	42
Descrição.....	42
Benefícios.....	42
Facilidade de Implementação.....	42
Comissão de Coleta Seletiva Solidária - CCSS.....	42
Infraestrutura	43
Campanhas de Sensibilização.....	44
Sistema de Acompanhamento	44
10. GASTOS COM PROCESSAMENTO DE DADOS.....	44
10.1 CONTROLE DE CORREIO ELETRÔNICO INSTITUCIONAL	44
Descrição.....	44
Benefícios.....	45
Facilidade de Implementação.....	45
Organizações que Adotaram a Prática	45

11. GASTOS COM TELECOMUNICAÇÕES.....	45
11.1 SOFTWARE DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA.....	45
Descrição.....	45
Benefício	46
Facilidade de Implementação	46
11.2 REDE ÓPTICA DE COMUNICAÇÕES	46
Descrição.....	46
Benefícios.....	46
Facilidade de Implementação	47
Organizações que Adotaram a Prática	47
11.3 REGULAMENTAÇÃO DO USO DE TELEFONIA FIXA E MÓVEL.....	47
Descrição.....	47
Benefícios.....	48
Facilidade de Implementação	48
Organizações que Adotaram a Prática	48
12. VIGILÂNCIA	48
12.1 VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	49
Descrição.....	49
Benefícios.....	49
Facilidade de Implementação	50
Organizações que Adotam a Prática.....	50
CONCLUSÃO.....	50
BIBLIOGRAFIA	51

Benefícios

A redução do consumo de copos descartáveis possui benefícios ambientais. Diminuir o consumo de copos plástico significa reduzir volume de material descartado e, por conseguinte, reduzir impactos ao meio ambiente, pois, dependendo do tipo de plástico, o tempo de persistência na natureza pode chegar a 100 anos.

Facilidade de implementação

Não há restrições normativas. Envolve uma mudança de hábito e conscientização dos servidores. Uma medida simples que otimiza a separação dos copos plásticos para reciclagem é a disponibilização nos órgãos públicos de coletores de copos plásticos e a conscientização dos usuários para sua correta utilização.

Além da implantação de formas adequadas de destinação dos copos descartáveis, é importante adotar medidas que promovam a redução na geração desse resíduo, como por exemplo, a realização de campanhas para uso racional dos copos plásticos ou substituição de copos descartáveis por copos duráveis.

Organizações que adotaram a prática

Ministério do Meio Ambiente e todos os parceiros da A3P

9. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

9.1 COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA (DECRETO 5.940/06)

Descrição

A Coleta Seletiva Solidária foi instituída nos órgãos públicos federais pelo Decreto 5.940/06 e encontra-se em consonância com as diretrizes e conceitos dos recentes avanços no marco legal no que diz respeito ao tratamento dos resíduos sólidos (Lei nº 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos) que trás no seu bojo conceitos como *Responsabilidade Compartilhada e Logística reversa*, ambos com viés forte de inclusão social e econômica dos *Catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis*. O Decreto 5.940/06 institui “*A separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis*”. O Decreto 7.404/2010 que regulamente a PNRS, inclusive valida a coleta seletiva dos Órgãos Públicos Federais nos moldes instituídos pelo Decreto 5.940/2006.

Benefícios

A Coleta Seletiva Solidária traz novas reflexões sobre o modelo da nossa sociedade de consumo cujas ações têm provocado, invariavelmente, impactos nocivos ao meio ambiente. Nesse sentido a Coleta seletiva mobiliza os gestores públicos a repensar sua responsabilidade quanto à maneira de tratar os resíduos descartáveis produzidos nos prédios públicos e qual a destinação correta a ser dada a eles. Desde a publicação do Decreto, várias instituições tem se dedicado a fazer esse trabalho, onde o *envolvimento* é a grande marca das Comissões de Coleta Seletiva Solidária.

Facilidade de Implementação

A Coleta Seletiva Solidária está normatizada pelo Decreto 5.940/06 e esta assim estruturada:

Comissão de Coleta Seletiva Solidária - CCSS

A CCSS funciona como ponto de contato entre órgão público federal e as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; estrutura diagnósticos e processos de sensibilização para estimular servidores e funcionários a participar das ações de implementação da Coleta Seletiva e envia o Relatório de Avaliação Semestral à Secretaria Executiva do Comitê Interministerial para *Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis* – CIISC.

Em função dessas atribuições, alguns órgãos têm realizado primeiramente um processo de comunicação/sensibilização interna por meio de campanhas via intranet e outros meios, informando a população do prédio sobre o que é o projeto Coleta Seletivo Solidária e convidando que as pessoas se manifestem quanto ao desejo de participar do processo de implementação. Observamos que as Comissões constituídas por pessoas que tem afinidade com o tema, formação em cursos da área ambiental e afins têm apresentado resultados mais efetivos e duradouros.

Outros órgãos optaram por constituir uma Comissão Central que é responsável pela implementação da Coleta Seletiva Solidária nas agências em todo o país.

Infraestrutura

Caixas Coletoras

Para a confecção de Caixas Coletoras de papéis brancos, alguns órgãos têm lançado mão de materiais simples como as caixas de resmas de papel branco, vindas das áreas de reprografia. Estas são adesivadas com material da Coleta Seletiva e colocadas nas salas. Outros têm feito processo de licitação para compras de caixas coletoras, coletores para os corredores no formato de coleta multiseletiva (papel e papelão, plástico, vidro e metal) e contêineres. A CCSS pode, em conversas com a área de compras, identificar formas de incluir o item “Caixas Coletoras”, no Termo de Referência quando do processo de contratação da empresa da área de serviços gerais, com base na Instrução Normativa nº01/MP de janeiro de 2010.

Resíduos Recicláveis

O Decreto diz que “*Resíduos Recicláveis são materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta*”. Logo, deve ser observada a natureza dos resíduos (se reciclável ou não e sua toxicidade) a serem destinados levando em consideração que a relação dos materiais não se restringe aos materiais mais comuns como papel, papelão, alumínio, cartuchos de toner das impressoras. Nesse rol de materiais podem ainda ser incluídos divisórias e resíduos ferrosos resultantes de reformas dos prédios. Recomenda-se que haja sempre que possível consulta aos grupos de catadores no sentido de definir o que pode ou não ser absorvido pelas cooperativas. Alguns materiais, em função da sua toxicidade, tais como lâmpadas, pilhas, baterias e computadores não devem ser encaminhados às cooperativas.

Campanhas de Sensibilização

Sensibilidade, criatividade e participação são fundamentais nesse momento da implementação. Algumas sugestões apresentadas pelos órgãos nesse campo são:

Peças de Teatro - Contratação de atores ou parceiros ou ainda a participação dos servidores da própria instituição que gostem de atuar como atores. Estruturação de texto que represente situações vividas no cotidiano de trabalho daquele órgão. Apresentações feitas nos pavimentos, no horário de trabalho, para que haja contato direto reforçando a importância da ação do aproveitamento do material e seu descarte correto. A proposta aqui é criar nos servidores a noção de responsabilidade e de participação.

Programação Visual - Muitos órgãos utilizam suas intranets como forma muito eficiente, de divulgação da campanha de implementação da Coleta Seletiva. Além disso, utilizam ainda